

SILVA, Luiz Geraldo. 2001. *A Faina, a Festa e o Rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs XVII ao XIX)*. Campinas: Papyrus. 256 pp.

Leticia de Paiva Rothen *“As páginas seguintes apresentam uma etnografia histórica...”* – a primeira frase da introdução deste belo trabalho, já revela sua natureza. Ela nos permite conceber de imediato que estamos diante de uma obra com uma perspectiva antropológica, que se presta a dar atenção àqueles aspectos aparentemente desprezíveis das relações cotidianas e micro-sociológicas – aqueles pequenos acontecimentos, detalhes, que dão à história sua concretude, se assim o podemos dizer.

O objetivo aqui é o levantamento dos modos de vida comuns aos pescadores, canoeiros e marinheiros do passado que, mesmo sendo grupos bastante diferentes, tinham em comum o fato de viverem das águas, de um modo ou de outro, capturando recursos, navegando ou a utilizando como meio de transporte. Suas vidas eram influenciadas por esta relação com as águas, que conformava padrões de uso, criando formas de manejo específicas de acordo com as possibilidades de apropriação dos recursos e da navegação. O autor, contudo, não afirma que a natureza opere determinando os modos de vida destes grupos, posto que as escolhas e decisões sempre partem do mundo social, conformado através de diferentes fatores além do ambiental.

Esta é uma primeira e importante questão levantada pelo autor e direcionada aos cientistas sociais que confundem a existência de traços em comum encontrados na cultura profissional de “homens do mar” em todo o mundo – tal como a relação com o mar, tido como um ambiente indivisível, arriscado e móvel – com uma suposta homogeneidade porque os instrumentos utilizados, as embarcações e os conhecimentos relativos a um meio específico advêm de confluências culturais específicas, incomparáveis muitas vezes.

O período entre os séculos XVII e XIX é o espaço temporal em que o autor vai

procurar entender como se desenvolveu uma “cultura marítima” nos trópicos, herdeira de variadas e complexas influências históricas, de arranjos e trocas culturais, que são o que permitem, em sua opinião, a comparação de certos aspectos da relação com o mar em nível mundial.

Este foi também um período marcado pela escravidão indígena e africana, ponto importante na medida em que uma das hipóteses do autor diz respeito às influências européias, indígenas e africanas, de homens livres e cativos, nas culturas profissionais analisadas. Por outro lado, o autor critica certas análises da “escravidão” que a tomaram como uma situação monolítica e estática. Este ponto é negado por trabalhos recentes que apontam que as relações entre a liberdade e o cativeiro foram muito mais complexas e dinâmicas do que se supunha.

Deste modo, sua análise transcende marcos rígidos aceitos, levando em conta, por exemplo, situações em que cativos e homens livres tinham as mesmas relações de trabalho, principalmente no que diz respeito ao universo da cultura marítima. O objetivo maior é ir além das análises amplas da escravidão, dando lugar a exames mais particularizantes de ofícios específicos, onde a presença de cativos era grande. Casos sintomáticos, as comunidades de pescadores, canoeiros e marinheiros são tomadas mais detidamente no trabalho.

O autor nos introduz a esta história, apresentando os portugueses e o seu papel, senão de vanguarda, ao menos de grande relevância no que diz respeito às artes da navegação. Foram dos mais inventivos navegadores do Renascimento, desenvolvendo inovações técnicas que permitiram a expansão européia por via marítima, que por sua vez levou à ascensão dos “homens do mar”, esquecidos na Idade Média agrícola.

Mas as epopéias descobridoras, que teriam dado a Portugal o status de típica nação marítima, não parecem ter seu correspondente social. Na verdade, esta era uma típica nação agrícola que sofria constantemente com a falta de marinagem. O que haveria de mais “autêntico” na cultura marítima portuguesa, de acordo com o autor, seriam as comunidades de pescadores do litoral, que traziam consigo conhecimentos náuticos e que teriam sido os responsáveis pela continuidade da navegação de longo alcance graças à sua pesca levada a grandes distâncias da costa.

Foi este o Império que se estendeu do Novo Mundo até o Oriente, chegando ao litoral brasileiro a partir de 1540, principalmente nas regiões de Pernambuco e da Bahia. Estes “homens do mar” que aqui chegavam eram freqüentemente provenientes de portos marítimos tradicionais de Portugal, advindos de famílias tradicionalmente ligadas às águas e que, ao se fixarem na América portuguesa, escolheram não mais voltar às travessias ultramarinas, tornando-se pescadores.

Neste contexto, século XVI, outro elemento passa a colaborar na cultura marítima, agora dos trópicos: os indígenas. Tal como o mundo rural dos engenhos, o mundo marítimo sobreviveu às custas do trabalho escravo dos indígenas da costa. Mas além do fato da escravização em si, o autor vai enfatizar as trocas culturais decorrentes

deste contato. De um lado, ele analisa o impacto das inovações técnicas portuguesas no modo de vida indígena e por outro, o autor aponta a não menor facilidade com que os portugueses se apropriaram de instrumentos adaptados aos mares tropicais e desenvolvidos pelos índios, como é o caso da jangada.

Com isso, o autor apresenta um dado importante para o entendimento das relações entre colonizadores e nativos, que não se resume a uma relação de imposição unilateral de modos de vida. O que se deu, como sempre se dá, foi um processo complexo de trocas e adaptações advindas de relações não simplesmente definidas por rótulos pré-concebidos tal como “imposição” ou “dominação”. É esse um dos argumentos principais do autor ao demonstrar a introdução dos africanos e seus descendentes no universo marítimo português e as relações entre senhores e escravos, que superam a dicotomia liberdade/cativeiro.

Os africanos, após o século XVII, constituíram a principal força de trabalho no mundo da pesca, da navegação de cabotagem e da navegação marítima e fluvial em canoas, conformando as principais características do que o autor chama, de “uma cultura marítima tropical”.

Assim, os pescadores e homens do mar portugueses que vêm para o Brasil após o século XVI passam a constituir – juntamente com pessoas de outras origens tais como indígenas e africanos – comunidades baseadas na pesca marítima artesanal e na fabricação e uso das jangadas, currais, linhas e covos.

E, se a maioria dos pescadores, dentro deste contexto, eram sobretudo pessoas negras, o mesmo ocorria com o ofício de canoeiros. A história dos canoeiros escravos reflete a complexidade já citada das relações entre senhores e cativos – uma vez que comportavam uma gama de situações que incluía até mesmo uma relativa autonomia dos escravos, que viviam do auto-aluguel. Neste sistema, o escravo pagava ao seu proprietário uma quantia diária, semanal ou mensal, que representava parte de sua renda como canoeiro, e possibilitaria a ele guardar dinheiro para a eventual compra de sua liberdade. O autor apresenta até mesmo situações extremas onde ex-escravos se convertiam em proprietários de outros canoeiros cativos.

Do mesmo modo que na canoagem e na pesca, as navegações de cabotagem e de longo curso arregimentavam marinheiros cativos através dos circuitos de compra e venda que movimentavam os escravos tanto em nível provincial quanto interprovincial. Relacionando o movimento de importação dos escravos às suas especializações e seus graus de urbanização, o autor levanta a importante hipótese de que este tráfico de marujos cativos não dependeria apenas das demandas regionais mas também das habilidades dos próprios escravos. Com isso, ele reconhece a importância do elemento humano, com suas particularidades e habilidades, na dinâmica do comércio em questão.

A atenção dada pelo autor ao elemento humano, nesta proposta mais etnográfica de escrever a história, é também percebida nos relatos dos momentos de fuga dos escravos e da solidariedade existente entre marinheiros,

pescadores e canoieiros. O autor também apresenta a influência destes homens na “cultura” –, entendida não de modo limitado à música, arte ou literatura, mas incluindo modos de comer, falar, andar, silenciar, ações e noções subjacentes à vida cotidiana.

Isso demonstra que a rede de relações limitadas pelo conceito de “escravidão” não pode ser reduzida a uma relação maniqueísta de força e violência de senhores sob escravos, mas envolve outros mecanismos – imperceptíveis no nível (macro) histórico mas antropologicamente ricos – presentes nas relações cotidianas que, de acordo com o autor, tornavam o sistema funcional aos olhos de quem o vivia.

Isso posto, podemos vislumbrar neste trabalho uma tentativa de tornar visíveis a dinâmica e a complexidade que existem por trás de conceitos pré-definidos e aceitos. Invoca-se, assim, a responsabilidade da Historiografia em buscar na Antropologia uma visão que traga à tona senão as diferentes versões de uma mesma realidade, ao menos aquelas situações muitas vezes relegadas ao esquecimento por sua aparente irrelevância social.

Leticia de Paiva Rothen é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFPR.